



ConJur se firma como fonte de boa informação jurídica

A revista **Consultor Jurídico** termina o ano de 2005 com uma certeza: a de que se consolidou como uma das mais importantes fontes de informação para a comunidade jurídica. A convicção se evidencia nas estatísticas e na ressonância que os assuntos publicados pela revista encontram junto aos operadores do Direito.

As estatísticas de audiência do **Portal do Estadão** — que passou a hospedar a **ConJur** em abril — mostram que o site fecha o ano com uma média mensal de 10 milhões de páginas lidas e de 300 mil leitores individuais. Os números dão à revista cerca de 12% da audiência do Portal.

A parceria com o Grupo Estado (de vento em popa), novas ferramentas, facilidades e apresentação visual para um “leitorado” fiel e regular, possibilitaram o foco da revista no aprimoramento da qualidade dos textos, na fidelidade na “tradução” dos termos jurídicos e em assuntos que efetivamente interessam ao público que lida com a Justiça.

A revista inaugurou uma sessão de entrevistas, com nomes importantes do mundo jurídico, publicadas aos domingos. E passou a utilizar mais a ferramenta da pesquisa de opinião para colher as impressões dos leitores sobre os assuntos do momento.

O leitor respondeu bem a todas as iniciativas e o reconhecimento pela nova fórmula de trabalho veio rápido: a revista levou dois dos três troféus do II Prêmio AMB de Jornalismo na Categoria Internet e irá receber em janeiro o Prêmio Prerrogativas 2005 da seccional paulista da OAB.

Com o objetivo de permanecer como um permanente fórum para divulgar e debater novas idéias no campo jurídico, a revista também retomou a organização de seminários em 2005 com a discussão de temas como fraudes em seguros, evolução da responsabilidade civil e planejamento estratégico para escritórios de advocacia.

Garantia de direitos

A **ConJur** esteve à frente da cobertura dos mais importantes assuntos da área jurídica. Foi a revista que noticiou a primeira invasão de um escritório de advocacia e anteviu a polêmica que se instalaria entre advogados e o trio formado por Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário.

A primeira reportagem sobre o assunto relatou as primeiras investidas e anunciou que outras estavam por vir — o que de fato ocorreu.

Outro assunto perseguido ao longo do ano pela revista foi o respeito às garantias individuais. O ano que se encerra foi pródigo nesse capítulo: o da tentação de espancar direitos fundamentais para atender clamores passageiros ou demagógicos de apelo popular. Em especial das comissões parlamentares, erigidas ao som da batucada nas arquibancadas circenses.

Nessa linha, foram publicados textos sobre o excesso de prazo nas prisões preventivas, o uso abusivo de



algemas pela Polícia, a falta de fundamentação de muitas das determinações de CPIs, entre outros excessos cometidos pelas mais diversas autoridades, como bem ilustrou a ordem da Justiça Federal que mobilizou guarnição armada da PF para devolver cinco mil processos ao Fórum de Catanduva, no interior de São Paulo.

Justiça por dentro

A revista procurou combinar em 2005 a seleção apurada de assuntos com uma abordagem interessante dos fatos. Mais que isso, buscou trazer ao leitor uma radiografia da Justiça. O objetivo foi cumprido.

Logo no começo do ano, a **ConJur** foi responsável pela mais completa série de notícias sobre a pane que acometeu o sistema de informática da Justiça Federal da 3ª Região e que deixou advogados sem poder acompanhar o andamento de seus casos ou resolver pedidos urgentes — algo que, contra todas as evidências, a assessoria de imprensa do tribunal tentou ocultar.

O site também trouxe ao leitor uma série que destrinchou os números da pesquisa sobre do Judiciário lançada em maio pelo Supremo Tribunal Federal. Os textos mostraram, por exemplo, que a Justiça abre menos da metade dos processos que recebe no mesmo ano e que consome cerca de 90% de seu orçamento com pessoal e investe uma fatia ínfima em tecnologia.

Os projetos da etapa infraconstitucional da reforma e seu andamento no Congresso (duas propostas já viraram leis), as eleições nos tribunais e a polêmica entre a OAB e o TJ paulistas em razão da escolha dos desembargadores via quinto constitucional também se destacam entre os assuntos sob a lupa da revista.

Fazer bom jornalismo na cobertura da área jurídica não é tarefa fácil. Judiciário e imprensa são duas instituições que até pouco tempo viviam em mundos completamente distintos. A conscientização da sociedade sobre seus direitos e a demanda cada vez maior por Justiça fez com que esses “poderes” tivessem de se comunicar. Os frutos dessa complexa relação são gradualmente sentidos pela sociedade e a equipe da **ConJur** sente orgulho de ser parte atuante dessa nova realidade.

Date Created

02/01/2006